Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitícolas durienses

Maria Helena Mesquita Pina

Introdução

Espaço paradigmático, a Região Demarcada do Douro, parte da qual foi classificada como Património da Humanidade em Dezembro de 2001, dispersa-se por 168 freguesias, que marginam o rio Douro e os principais afluentes desde Mesão Frio até à fronteira.

Ao longo dos seus 250 000 ha de extensão, muito heterogéneos, razão pela qual se destacam três subregiões, deparamos com paisagens inolvidáveis onde se multiplicam os vinhedos aninhados nos socalcos, alguns dos quais centenares. Contudo, apenas 42 000 desses hectares[1] se encontram ocupados pela vinha contínua, apresentando esta cultura raízes históricas mais profundas no *Baixo Corgo*. Aqui a vinha supera com facilidade os 60% da área. Corresponde à subregião mais ocidental onde se inserem os núcleos urbanos de Vila Real, Lamego e Peso da Régua. Mas na subregião imediata quando progredimos para leste, o *Cima Corgo*, apesar de se registar uma ampliação consecutiva dos vinhedos nas últimas décadas, a vinha só ocupa cerca de 45% da área, sendo nítida uma maior diversidade de culturas. Por último, no *Douro Superior*, a subregião mais oriental, a incidência da vinha só ultrapassa os 20% de área nos núcleos vitícolas de maior historial, sendo comuns valores inferiores a 10%.

Apesar de esta Região se envolver em paisagens idílicas onde se implantou um vasto património edificado complementado por uma vertente cultural e histórica muito rica e diversificada, os problemas são múltiplos. Com efeito, como ignorar o impacto da forte instabilidade institucional que perdura no espaço regional? Como

1 Fonte: IVDP, 2004.

ultrapassar a precaridade das acessibilidades, algumas das quais com um traçado setecentista, extremamente sinuoso? E, sem pretendermos ser exaustivos, como superar outras problemáticas, também incisivas em termos sociais e territoriais, como o progressivo despovoamento do espaço duriense, por sua vez indissociável do perfil deficiente do vitivinicultor e de uma estrutura fundiária extremamente preocupante? E como omitir ainda, neste condensado de problemas, o impacte da expansão desregrada da vinha associada à necessidade de uma reconversão dos antigos vinhedos multivarietais? Como esquecer o acentuar da histórica dualidade sócio-estrutural?

Encontramo-nos, de facto, perante um território histórico, emblemático à escala nacional, mas que exige uma análise aprofundada das suas problemáticas no sentido de as minimizar ou ultrapassar, rentabilizando, nomeadamente, os fundos comunitários disponibilizados para tal fim. Tal exige contudo a divulgação dos meios técnicos e financeiros existentes, para além de um acompanhamento técnico dos vitivinicultores, única forma de se concretizarem projectos sustentáveis e exequíveis. Enquanto este cenário não se institucionalizar, e dado que a generalidade dos vitivinicultores, detentores de pequenas explorações familiares, não possui qualquer informação, a urgente e necessária reestruturação deste território vai ficando adiada.

Entretanto, perante a desmotivação das entidades em alterar este cenário, são as firmas exportadoras tradicionais e as novas apostas empresariais que aproveitam as oportunidades, expandindo vinhedos modernos, mecanizados, criando um quadro que possibilita uma rentabilidade elevada, enquanto os mais de 30000 pequenos vitivinicultores, por inércia e pouco confiantes quanto à rentabilidade social dos eventuais investimentos, perpetuam os vinhedos multivarietais, onde a mecanização é incipiente. Assim se acentua um contexto muito assimétrico em termos territoriais e dicotómico em termos sociais no Alto Douro vinhateiro.

Das diversas problemáticas referenciadas neste artigo, vamos privilegiar a estrutura fundiária, parâmetro fulcral na conjuntura duriense, embora indissociável de todos os outros antes referidos. Para tal desiderato vamos concretizar uma primeira abordagem fundamentada na informação estatística disponibilizada através dos Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999 (INE) que complementaremos com uma perspectiva mais pormenorizada da estrutura fundiária dos vinhedos durienses, dissecando alguns indicadores inscritos no "Cadastro das Vinhas" criado pelos serviços técnicos da Casa do Douro. Por último refira-se que, dadas as heterogeneidades espaciais, esta análise terá em consideração as três subregiões vitícolas e incidirá sobretudo no final da década de noventa e no início do século XXI, que corresponde a um período de grandes mutações.

1 – A incidência da deficiente estrutura fundiária no espaço duriense visualizada através dos Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999

a) 1989 – a afirmação de um problema estruturante

Perante um historial que se aproxima dos 250 anos e dadas as especificidades que a Região Duriense ostenta, não estranhamos que desde o século XVIII se tentasse delimitar o espaço autorizado a produzir Vinho do Porto e se interferisse nas características técnicas da produção deste néctar. Foi, todavia, em 1932, com a instituição da Casa do Douro, que estas dinâmicas se incrementaram e, desde então, com fundamentos técnicos e científicos impressivos. Na realidade, havia que coordenar e fiscalizar o sector produtivo, razão pela qual surgiu o Cadastro de todos os prédios/parcelas autorizados a produzir Vinho do Porto ou outros vinhos regionais. Para além disso, tendo em atenção também a moldura humana dos durienses e a necessidade de evitar, ou minimizar, as constantes crises em que a Região mergulhava, associadas quase sempre a excedentes vínicos e à manipulação dos preços pelo sector comercial, intensificou-se a fiscalização.

Só assim se preservava a especificidade dos vinhos durienses e a sua qualidade, para além da estabilidade social. No entanto, permaneciam muitos atropelos, perpetuando-se uma conjuntura difícil que ainda se incrementava com o avançar do século XX. Fixemo-nos, porém, nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, abrangendo dois cenários distintos mas representativos das mutações que se operam neste território, já que observamos o final de um período expansionista que reflectia um acréscimo sustentado e contínuo das exportações iniciado nos anos setenta e que se prolongou até 2001, ano em que se instalou um novo período recessivo, visível sobretudo no sector produtivo, o qual ainda não foi superado.

Perante este cenário, qual o posicionamento estratégico da estrutura fundiária dos vinhedos durienses na justificação desta conjuntura?

Infelizmente a primeira constatação a fazer, que decorre da junção de problemáticas múltiplas que se adensaram ao longo das décadas, é de que, no final do século XX persistia um quadro pessimista no sector agrícola. Não obstante, era ainda este sector que dominava a estrutura económica do Alto Douro. Por outro lado, embora o espaço em análise se apresentasse muito heterogéneo, a precaridade acentuava-se quando confrontávamos o espaço vitícola com o envolvente. Com efeito, se a rodear a Região Demarcada nos deparávamos com uma paisagem onde a morfologia montanhosa ou planáltica se associava a uma agropecuária de

estrutura familiar, insolvente em termos económicos, pelo que proliferava o abandono dos espaços agrícolas e o despovoamento, já na Região Demarcada do Douro, embora já pontuassem estas tendências, evidenciava-se sobretudo um contexto economicista que reflectia o quadro económico e as problemáticas que envolviam o Vinho do Porto, secundado pelos outros vinhos DOC's, VQPRD e regionais. Neste contexto, há que evidenciar as principais directrizes do espaço agrário duriense, particularmente as da sua estrutura fundiária.

Analisemos pois alguns dos parâmetros fundamentais e numa perspectiva evolutiva, apoiando-nos no Recenseamento Agrícola de 1989 (INE). Destrincemos ainda as três subregiões vitícolas, visto que as diferenças na orgânica territorial são incisivas.

Quadro I – Dimensão média e grau de parcelamento das explorações agrícola do Alto Douro em 1989- S.A.U.[2]

Sub-região	concelho	Total de explorações com S.A.U.		Área média exploração S.A.U. (ha)	Nº total de blocos	Nº médio blocos por expl.	Área média S.A.U. por bloco (ha)
		Nº	S.A.U. (ha)				
Baixo Corgo	Armamar	1709	5746	3,4	10306	6,0	0,56
	Lamego	2809	7934	2,8	12503	4,5	0,63
	Mesão Frio	842	1508	1,8	2169	2,6	0,70
	Peso da Régua	1824	4794	2,6	6161	3,4	0,78
	Sta. Marta de Penaguião	1768	3155	1,8	7647	4,3	0,41
	Vila Real	4191	9330	2,2	28030	6,7	0,33
	TOTAL	**13143**	**32467**	**2,5**	**66816**	**5,1**	**0,49**
Cima Corgo	Alijó	3595	8937	2,5	20030	5,6	0,45
	Carrazeda de Ansiães	2195	8075	3,7	16277	7,4	0,50
	Murça	1633	4644	2,8	14765	9,0	0,31
	Sabrosa	1659	3753	2,3	7680	4,6	0,49
	Tabuaço	1502	6075	4,0	5652	3,8	1,07
	S. João da Pesqueira	2660	15176	5,7	9729	3,7	1,56
	TOTAL	**13244**	**46660**	**3,5**	**74133**	**5,6**	**0,63**
Douro Superior	Alfândega da Fé	1418	15033	10,6	11565	8,2	1,30
	Figueira Castelo Rodrigo	2057	33208	16,1	17243	8,4	1,93
	Freixo Espada Cinta	1128	9876	8,8	6469	5,7	1,53
	Meda	2227	17015	7,6	10822	4,9	1,57
	Torre de Moncorvo	2382	16352	6,9	16338	6,9	1,00
	Vila Flor	1629	10643	6,5	11678	7,2	0,91
	Vila Nova de Foz Côa	2502	20397	8,2	10024	4,0	2,03
	TOTAL	**13343**	**122524**	**9,2**	**84139**	**6,3**	**1,46**
TOTAL		**39730**	**201651**	**5,1**	**225088**	**5,7**	**0,90**

Fonte: Recenseamento Agrícola de 1989, I.N.E. Lisboa

[2] Note-se que nos Quadros I e II não se incluiu a informação referente ao concelho de Resende visto que apenas uma freguesia, Barrô, se insere na Região Demarcada do Douro, enquanto as restantes se envol-

Se iniciarmos esta análise por um parâmetro básico, a **dimensão média das explorações agrícolas** (S.A.U.) e à escala concelhia, verificamos que, apesar deste item ser insuficiente para a caracterização da estrutura fundiária das explorações agrícolas, permite no entanto constatar de imediato que este espaço regional evidenciava já em 1989 um quadro problemático. Na verdade, embora o Alto Douro na sua globalidade apresentasse explorações agrícolas cuja dimensão média da S.A.U. atingia os 5,1 ha (Quadro I), as assimetrias territoriais multiplicavam-se.

Assim, a dimensão média das explorações agrícolas do *Baixo Corgo* não ultrapassava os 2,5 ha, limitando-se mesmo a 1,8 ha em Mesão Frio e em Santa Marta de Penaguião. No *Cima Corgo* embora a dimensão média fosse de 3,5 ha, em S. João da Pesqueira atingiam-se os 5,7 ha, se bem que nos concelhos confrontantes com o Baixo Corgo se repetissem valores inferiores a 3 ha, sendo mesmo de 2,3 ha em Sabrosa. No *Douro Superior* as explorações agrícolas atingiam uma média de 9,2 ha, embora as diferenciações também fossem nítidas, pois, enquanto em Vila Flor não se ultrapassavam os 6,5 ha, em Figueira de Castelo Rodrigo atingiam-se os 16,1 ha.

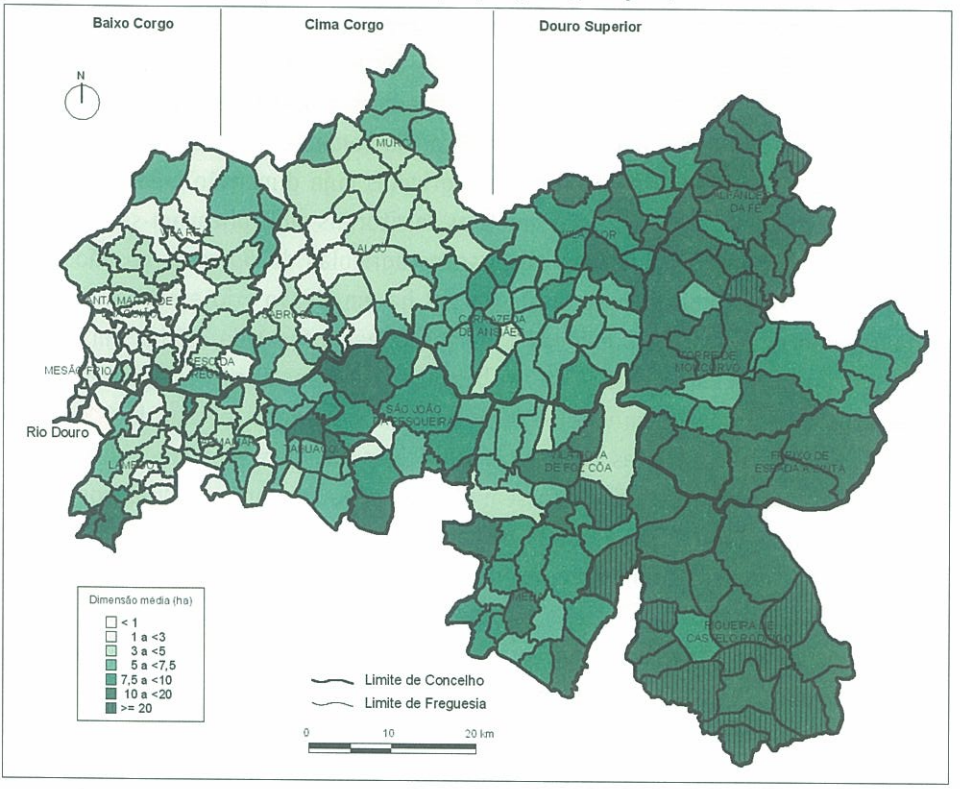
As assimetrias territoriais eram nítidas mas no Baixo Corgo evidenciava-se efectivamente uma estrutura fundiária muito problemática, que se suavizava apenas quando nos encaminhávamos para Leste. Assim se perpetuavam dissemelhanças já com fortes raízes históricas. Os factores explicativos, por seu lado, multiplicavam-se, abarcando desde os de âmbito natural, até aos histórico/jurídicos e aos sócio-culturais. Estávamos, na realidade, perante um cenário complexo, difícil, mas ainda assim apelativo, quando confrontado com o espaço envolvente da Região Demarcada.

Este quadro muito assimétrico era ainda mais preocupante se analisássemos a dimensão média das explorações agrícolas à escala da freguesia (Fig.1). Com efeito, em 1989, no *Baixo Corgo* aumentava o número de freguesias cuja dimensão média das explorações não atingia sequer 2 ha, se bem que as estruturas mais deficitárias surgissem em freguesias com relevo muito acidentado e enquadramento menos propício à vinha, ou seja, sobretudo nas freguesias localizadas a maiores altitudes, direccionadas a Norte e cujos solos já evidenciavam uma interferência nítida de elementos graníticos, o substrato geológico dominante dos espaços envolventes da Região Demarcada. Em oposição, nas freguesias vitícolas de maior implantação empresarial, a dimensão média das explorações agrícolas ultrapassava os 5 ha. Dominava contudo um parcelamento inviabilizante em termos económicos.

---

vem em dinâmicas territoriais em tudo distintas das reinantes no espaço duriense. Ignoramos também os vinhedos existentes no concelho de Mirandela e integrados na região duriense, visto que se restringem a 6 prédios, dispersos, sem qualquer continuidade territorial, pertencentes a uma única família.

Fig. 1 | Dimensão média das explorações agrícolas, por freguesia, em 1989.



(PINA, 2003: 208)[3]

Este cenário alastrava cada vez mais ao *Cima Corgo*, já que apenas nas freguesias mais privilegiadas em termos vitícolas nos confrontávamos com explorações cuja área média ultrapassava os 5 ha, circunstância a que se anexava também um elevado índice de concentração fundiário. Era, todavia, no espaço centrado no Pinhão que se aglomeravam as quintas de maior dimensão, de tipologia empresarial, se bem que envoltas por um número imenso de explorações familiares com menos de 2 ha.

Esta imagem dualista regredia quando nos afastávamos do núcleo anterior ou quando ascendíamos nas vertentes, recuperando-se contudo quando nos dirigíamos para Leste. De facto, no *Douro Superior*, embora fossem notórios os problemas edáficos e hídricos, multiplicavam-se as explorações agrícolas cuja dimensão média

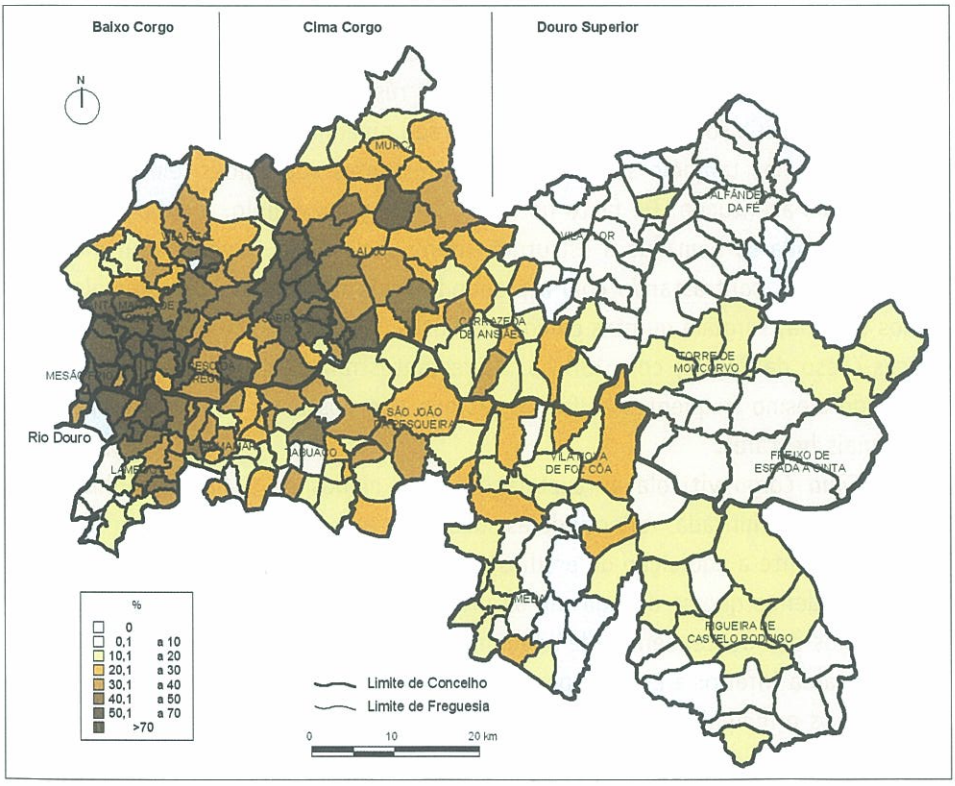
[3] Toda a cartografia inserida nesta alínea ultrapassa o espaço físico da Região Demarcada do Douro visto que abrange todas as freguesias inseridas nos concelhos pelos quais o espaço regional vitícola duriense se dispersa. As excepções correspondem a Resende e Mirandela pelas razões já antes apresentadas.

ultrapassava os 10 ha. Eram particularmente incisivas nas freguesias com enquadramento físico mais deficitário, mas onde se tentava ultrapassar, através da extensificação, os problemas já referenciados. Estas explorações mais dilatadas pontuavam também nas freguesias onde se tinha investido na renovação dos vinhedos ou na sua expansão, ou ainda naquelas cujos proprietários investiram no olival e no amendoal, aproveitando os subsídios comunitários a isso destinados. Todavia, nas proximidades dos núcleos residenciais e a envolver as explorações antes referenciadas, também no Douro Superior recuperávamos as pequenas explorações familiares, se bem que com uma incidência mais reduzida.

Assim se aprofundavam as assimetrias territoriais, cada vez mais indissociáveis da incidência empresarial e de uma imagem dualista.

O quadro fundiário, no entanto, ainda apresentava contornos mais graves se individualizássemos as explorações que não atingiam sequer 1 ha (Fig.2). Com efeito, o grau de implantação destas explorações era significativo no Baixo Corgo

Fig. 2 | Explorações agrícolas com área inferior a 1 ha, por freguesia, em 1989 (%).



(PINA, 2003: 209)

e no contacto com o Cima Corgo. Registe-se que em algumas freguesias do Peso da Régua cerca de 3/4 das explorações se enquadravam neste contexto. Este cenário agravava-se ainda nas proximidades dos grandes núcleos urbanos.

No Cima Corgo, sobretudo nos concelhos confrontantes com o Baixo Corgo, embora estas explorações com menos de 1 ha pontuassem, não ultrapassavam os 20 a 40% do total, enquanto no Douro Superior os valores eram inferiores a 10%, acentuando-se o parcelamento apenas nos solos mais férteis, como sucedia no vale da Vilariça, ou nas freguesias onde a pressão urbanística era incisiva.

O parcelamento era um problema real e acentuava-se de forma geracional. Persistiam contudo algumas explorações bem dimensionadas, passíveis de uma viabilização económica, como sucedia com as que atingiam 5 a 10 ha. Embora restritas no Baixo Corgo, e nesta subregião cingido-se ao espaço vitícola privilegiado, no Douro Superior agregavam já 20 a 40% do total de explorações. Era, no entanto, no Cima Corgo que elas se multiplicavam, bem como as que ultrapassavam os 20 ha. No Cima Corgo mais privilegiado estas últimas abarcavam 10% das explorações e mais de 60% da S.A.U. Era o reflexo do património fundiário das firmas exportadoras, particularmente notório nas envolvências do Pinhão. Todavia, a rodeá-las, e evidenciando uma incisiva e crescente dicotomia sócio-estrutural com fortes repercussões económicas e paisagísticas, persistia um emaranhado de pequenos prédios rústicos de agricultores autónomos.

Esta dicotomia sócio-estrutural atingia o seu nível máximo neste espaço vitícola privilegiado, mas também se descobria nas restantes subregiões, embora de uma forma menos acentuada. De facto no *Baixo Corgo*, por exemplo, a situação não era tão contrastada se bem que a estrutura diferenciada fosse também aqui inegável. Registe-se que, contrastando com a preponderância das explorações agrícolas com menos de 1 ha, surgiam quintas como a do Côtto (Mesão Frio) com 116 ha, ou a das Murças (Peso da Régua) com 138 ha. As restantes raramente ultrapassavam os 50 ha, sendo mesmo frequentes as freguesias que não possuíam nenhuma quinta com 20 ou mais hectares.

No *Cima Corgo* vitícola as explorações com menos de 1 ha mantinham uma incidência mais limitada, reflectindo as sucessivas anexações que as empresas realizavam, mediante a aquisição de prédios contíguos aos seus domínios, pertencentes àqueles herdeiros que se desligavam da vitivinicultura. Na verdade, acumulavam-se os exemplos dos descendentes de pequenos vitivinicultores, detentores de explorações com área inferior a 2 ha dispersos por múltiplos blocos, que se tinham deslocado para os principais núcleos urbanos dada a exiguidade dos rendimentos obtidos através da exploração paterna e que acabavam por ceder às propostas de alienação concretizadas pelas firmas tradicionais. Era a alternativa a um hipotético abandono

caso não existisse algum familiar residente na freguesia que assegurasse todos os trabalhos incluídos no calendário agrícola anual. Como a disponibilidade dos familiares, também eles herdeiros de minúsculas explorações agrícolas, é cada vez menor, na medida em que se viram obrigados a relegar para segundo plano as próprias explorações por exercerem outras funções laborais nas Quintas de maior dimensão ou em actividades de âmbito terciário nos núcleos urbanos mais próximos, as aquisições concretizadas pelas firmas capitalizadas acentuaram-se durante os anos oitenta e noventa conduzindo a "emparcelamentos pontuais" já notórios na paisagem.

No *Douro Superior* dadas as deficientes condições edáficas e hídricas, em 1989 surgiam freguesias onde as explorações com menos de 1 ha nem 1% atingiam. As assimetrias subregionais vincavam-se, bem como as intraconcelhias, sobretudo quando existiam fortes raízes históricas e físicas na sua fundamentação.

Esta situação ainda adquiria matizes mais graves se analisássemos o **grau de subdivisão das explorações agrícolas**. Com efeito, apenas sobressaía pela positiva o espaço vitivinícola mais privilegiado, onde o parcelamento era mais contido, dominando as explorações com 2 a 4 blocos. Estes valores acentuavam-se porém no *Baixo Corgo* e, de modo especial, nas freguesias menos valorizadas em termos vitícolas, designadamente naquelas onde o declive era muito acentuado e a altitude era também desfavorável à obtenção dos vinhos mais encorpados. Nestas circunstâncias, surgia-nos um Baixo Corgo onde se destacava um grande parcelamento das explorações agrícolas (Fig.3), nomeadamente em Santa Marta de Penaguião ou em Mesão Frio. Aí se multiplicavam blocos com 2000 m^2 a 2500 m^2.

Era no Baixo Corgo que se concentravam de facto os casos mais problemáticos à escala regional.

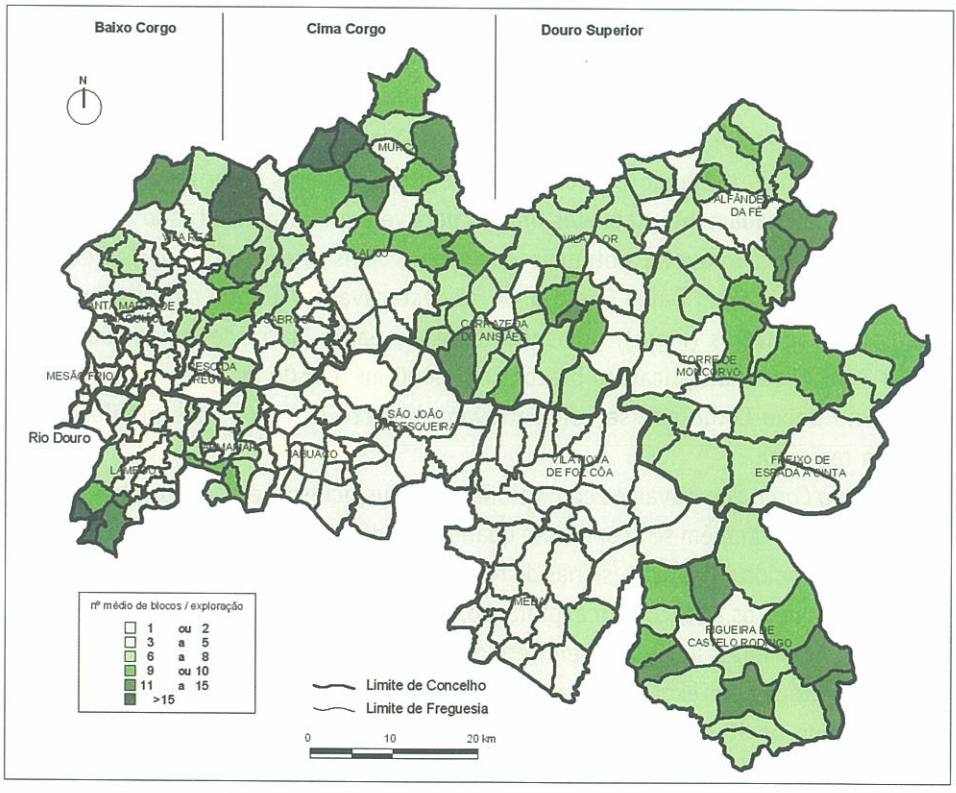
No *Cima Corgo* deparávamos com valores mais auspiciosos, embora o parcelamento das explorações também se acentuasse quando nos afastávamos das freguesias vitícolas mais favorecidas. De facto, se nas de forte incidência empresarial só em casos raros se ultrapassavam os 2 blocos por exploração, atingindo-se dimensões médias de 6 ha[4], nas freguesias menos apelativas em termos vitícolas e de forte incidência familiar o número de blocos por exploração avolumava-se de uma forma por vezes exuberante, ultrapassando os 30 por exploração. Todavia, em média, dominavam as explorações cuja SAU se repartia por 5 a 10 blocos cuja dimensão raramente ultrapassava 0,5 ha[5].

[4] Como sucedia no Pinhão.

[5] Este cenário preocupante ainda o é de uma forma mais vincada na realidade, pois multiplicam-se os blocos que nem 1000 m^2 atingem, sobretudo nas envolvências dos lugares habitados ou com acessibilidades muito precárias.

Este enquadramento é de facto muito problemático, favorecendo no final do século XX a progressiva subalternização do sector agrícola. Com efeito, se as gerações anteriores, sem alternativas laborais para subsistirem, aceitavam o parcelamento geracional das explorações agrícolas, visto que estas constituíam o único sustentáculo económico da família, optando ainda por prédios que evidenciassem uma diversidade de situações edáficas e culturais, por minúsculos que fossem, a verdade é que o quadro social actual é distinto, se bem que cada vez mais deficitário: a nova geração opta pela dupla actividade, privilegiando a não agrícola que lhe proporciona um rendimento assegurado e outro estatuto social; deste modo, herda blocos minúsculos, mas aliena ou abandona os mais afastados da sua residência, sobretudo quando estes não têm direito ao "benefício"[6].

Fig. 3 | Número médio de blocos por exploração agrícola, por freguesia, em 1989 (S.A.U.).



(PINA, 2003: 211)

[6] Autorização para produzir Vinho do Porto, variável anualmente de acordo com as contingências do mercado.

No *Douro Superior* confrontávamo-nos também com um significativo parcelamento da propriedade rústica, sobretudo nas vertentes mais declivosas. Aliás, nesta subregião o número médio de blocos por exploração já se aproximava dos 5, mormente no vale da Vilariça, avolumando-se ainda nas freguesias menos favorecidas em termos físicos. Assim se dificultavam tanto a mecanização como a divulgação de inovações, dado o dispêndio de tempo e energia nas deslocações a efectuar entre os diversos blocos que constituíam as explorações agrícolas, para além de se exigir um elevado número de assalariados, cada vez mais escassos.

Entretanto acentuava-se a subalternização do sector agrícola nas freguesias envolventes da Região Demarcada. Esta situação apenas era minorada quando surgiam especializações, designadamente em pomares ou na pecuária, mas eram diminutas. Neste enquadramento, não estranhamos que as unidades de tipo empresarial incidissem sobretudo na Região Demarcada e, de modo especial, no núcleo privilegiado que se prolongava pelo vale do Douro, para o Baixo Corgo, e cada vez mais para o Douro Superior, como sucede desde os anos oitenta do século passado. Quando nos afastávamos deste núcleo privilegiado ampliava-se a proporção das unidades de estrutura familiar.

No que se referia à forma de exploração, era a conta própria que se evidenciava independentemente do estatuto jurídico do proprietário, visto que mais de 90% das explorações agrícolas eram trabalhadas por conta própria, abrangendo 75 a 100% da S.A.U.

Perante a desmotivação que envolvia o sector agrícola e que decorria de facto da deficiente estrutura fundiária das explorações e do quadro sócio-económico regional, valorizavam-se cada vez mais os problemas de continuidade das explorações agrícolas de estrutura familiar. Registe-se que se os idosos continuam com a actividade agrícola por inércia e tradição, ainda que associados a um plurirendimento, entre os mais jovens só a dupla actividade possibilita a manutenção da vitivinicultura de cariz familiar. É uma inércia social que, fundamentada nos mais idosos arreigados às suas tradições e ao historial familiar, apoiados ainda em alguma rentabilidade dos vinhedos proporcionada pelo "benefício" e socorrendo-se de uma simplificação dos trabalhos agrícolas efectuados ao longo do ano, ainda vai impedindo o alastrar dos abandonos e a descaracterização da paisagem duriense[7].

[7] No entanto, com demasiada insistência, as unidades empresariais referem que o "benefício" deve ser anulado, liberalizando por completo o sector que, obviamente, estas firmas controlam. Apelidam ainda a metodologia actual subjacente à distribuição da autorização para produzir Vinho do Porto como um "subsídio social" a ser banido. Caso esta pretensão se implante, como sobreviverá o espaço duriense? Que alterações sofrerá esta paisagem? Qual o posicionamento estratégico da **coesão social**

Em resumo, a estrutura fundiária duriense em 1989 era problemática e, de sobremaneira, no Baixo Corgo. Além disso, também a dualidade sócio-estrutural se firmava, de modo especial no núcleo vitícola centrado no Pinhão, pois enquanto as unidades de tipologia empresarial, com um vasto capital técnico e financeiro, ampliavam os seus domínios, as explorações de estrutura familiar, dominantes em termos numéricos, prosseguiam com uma estrutura cada vez mais dependente da falta de capital e de conhecimentos técnicos inovadores. Apenas o associativismo ou as Adegas Cooperativas podiam interferir, sobretudo nos espaços mais deficitários, onde o futuro se antevê mais problemático.

Para a concretização do associativismo, ou mesmo de um eventual emparcelamento, necessário mas sempre relegado para um papel muito subalterno dado o perfil cultural do viticultor, idoso, individualista e muito arreigado às suas heranças familiares, exige-se uma ampla aposta das entidades responsáveis regionais na informação e na formação dos viticultores e assalariados agrícolas, os efectivos preservadores de uma paisagem centenária e de um património que começa a descobrir a multifuncionalidade. Caso este dinamismo não se desenvolva, será de esperar um quadro cada vez mais preocupante.

Há que repisar ainda que a existência da dupla actividade entre a nova geração, se bem que constitua um apoio à manutenção e preservação da paisagem e das potencialidades locais, nunca deve ser entendida como um elemento justificativo da apatia a que se votou este espaço, Património Mundial da Humanidade.

É, pois, inegável a existência de profundos problemas no espaço duriense, quadro que exige uma intervenção que, no entanto, tem sido indefinidamente protelada.

b) 1999- a estabilização de um cenário problemático

Se recorrêssemos ao Recenseamento Agrícola concretizado em 1999, verificaríamos que as problemáticas detectadas em 1989 não só prosseguiam, como ainda se agravavam, e de modo particular as referentes à estrutura fundiária das explorações agrícolas. Neste contexto, entre 1989 e 1999 os decréscimos do número de explorações eram a tónica (Fig. 4), embora raras vezes excedessem os 20%. Ocasionalmente surgiam mesmo aumentos, mas apenas eram visíveis em freguesias onde se registaram reestruturações dos vinhedos, acompanhadas por uma melhoria das infraestru-

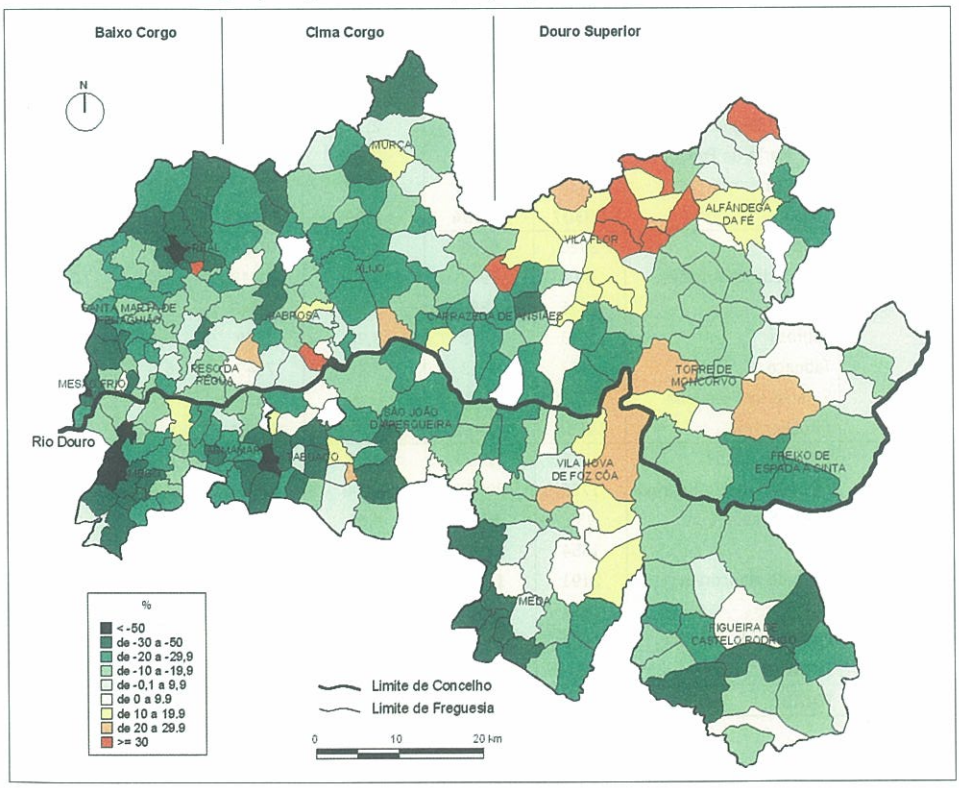
e da **minimização das assimetrias territoriais** em toda esta conjuntura, apesar de corresponderem a parâmetros básicos da política europeia, particularmente da PAC?

Caso a anulação do "benefício" vingue, as consequências serão nefastas e, insistimos, não consideramos que as deduções aqui explanadas sejam alarmistas, mas sim realistas.

turas de apoio e uma expansão polifuncional. Todavia, ultrapassando os limites da região vitícola, o cenário era muito preocupante, visto que os decréscimos podiam ultrapassar os 50%!... Apesar dos problemas referenciados, a Região Demarcada do Douro continuava a ostentar alguma viabilidade económica, o que a destacava relativamente ao restante espaço.

Por outro lado, no Baixo Corgo ampliavam-se os problemas já que, apesar da diferente metodologia subjacente à obtenção da informação estatística agora em análise, designadamente no que se refere à área, era nítida a degradação da estrutura fundiária em apenas 10 anos, bem como o acentuar das assimetrias sócio-estruturais. Note-se que em 1999 (Quadro II), no Baixo Corgo, a subregião tradicionalmente mais problemática, ainda aumentou o número médio de blocos por exploração, sendo agora de 6. É certo que os valores estatísticos apresentados extravasam o espaço vitícola duriense, dada a escala de análise, concelhia, mas ainda assim, a precaridade da situação é indiscutível e agravou-se.

Fig. 4 | Variação do número de explorações agrícolas entre 1989 e 1999 (%).



(PINA, 2003: 218)

No Cima Corgo e no Douro Superior estas problemáticas continuavam menos acentuadas, mas também aqui registaram alguma degradação, notória numa década apenas. Com efeito, e apesar das alterações verificadas na estrutura mental e cultural da nova geração, detentora de maior formação (se bem que de nível elementar, restringindo-se à escolaridade obrigatória...) e a apostar na dupla actividade, dado o exíguo rendimento obtido na exploração agrícola, ampliava-se o parcelamento das explorações. Aliás, qual será o parcelamento real das explorações agrícolas? Recorde-se que o valor estatístico apresentado decorre da junção de duas tendências opostas, uma veiculada pelas explorações mais capitalizadas tendentes a uma recomposição predial, a que se anexa o consecutivo parcelamento geracional, incisivo nas explorações familiares. Perante este cenário, qual será efectivamente a taxa de parcela-

Quadro II – Dimensão média e grau de parcelamento das explorações agrícola do Alto Douro em 1999- S.A.U.[8]

Sub-região	concelho	Total de explorações com S.A.U.		Área média de S.A.U. por exploração (ha)	Nº total de blocos	Nº médio blocos/ expl.	Área média de S.A.U. por bloco (ha)
		Nº	S.A.U. (ha)				
Baixo Corgo	Armamar	1279	4483	3,51	9291	7,3	0,48
	Lamego	2085	6161	2,95	10985	5,3	0,56
	Mesão Frio	606	1254	2,07	1451	2,4	0,86
	Peso da Régua	1518	4155	2,74	5476	3,6	0,76
	Sta. Marta de Penaguião	1492	3708	2,49	6675	4,5	0,56
	Vila Real	3327	11093	3,33	27822	8,4	0,40
	TOTAL	**10307**	**30854**	**2,99**	**61700**	**6,0**	**0,50**
Cima Corgo	Alijó	2920	9221	3,16	18743	6,4	0,49
	Carrazeda de Ansiães	1908	7947	4,17	12418	6,5	0,64
	Murça	1426	4889	3,43	12140	8,5	0,40
	Sabrosa	1443	4733	3,28	7849	5,4	0,60
	Tabuaço	1303	4513	3,46	7849	6,0	0,57
	S. João da Pesqueira	2219	12635	5,69	8107	3,7	1,56
	TOTAL	**11219**	**43938**	**3,92**	**66151**	**5,9**	**0,66**
Douro Superior	Alfândega da Fé	1375	12490	9,08	14126	10,3	0,88
	Figueira Castelo Rodrigo	1726	29339	17,00	12699	7,4	2,31
	Freixo Espada Cinta	955	8218	8,61	5448	5,7	1,51
	Meda	1854	11518	6,21	8574	4,6	1,34
	Torre de Moncorvo	2191	17169	7,84	14748	6,7	1,16
	Vila Flor	1887	10488	5,56	11163	5,9	0,94
	Vila Nova de Foz Côa	2422	16716	6,90	8534	3,5	1,96
	TOTAL	**12410**	**105938**	**8,54**	**75292**	**6,1**	**1,41**
TOTAL		**33936**	**180730**	**5,33**	**203143**	**6,0**	**0,89**

Fonte: Recenseamento Agrícola de 1999, I.N.E. Lisboa

[8] Recorde-se a anotação apresentada para o Quadro I.

mento e de dispersão dos blocos entre as explorações familiares, as maioritárias em termos numéricos? O trabalho de campo comprova as nossas apreensões.

Se no Baixo Corgo as problemáticas se acentuaram em apenas uma década, no Cima Corgo, como aliás já foi referido, o parcelamento também se ampliou, se bem que de uma forma menos acentuada. Com efeito, o número médio de blocos por exploração aumentou de 5,6 blocos em 1989 para 5,9 dez anos mais tarde. Embora de uma forma superficial, o problema ampliava-se também no Cima Corgo.

No Douro Superior, por seu lado, embora o número médio de blocos por exploração tenha sofrido um decréscimo mas insignificante, o aspecto mais notório relaciona-se com o aumento das assimetrias, visto que enquanto no concelho de Alfândega da Fé, com um posicionamento territorial periférico e extremamente preocupante em termos de enquadramento físico e social, deparávamos com o aumento mais significativo do parcelamento das explorações agrícolas, no de Vila Flor o quadro mostrava-se mais favorável, dispersando-se por 5,9 blocos. Cada bloco detinha em média 9400 m^2 de área. Assim se aprofunda uma realidade fundiária cada vez mais dicotómica.

Os cenários mais preocupantes implantados no Douro Superior repetem-se nas freguesias atravessadas pelo IP2, localizadas não só no concelho de Vila Flor, mas também nos de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, ou ainda entre as freguesias que interligam Vila Flor com Mirandela: na última década nestes núcleos, observaram-se acréscimos do número de explorações agrícolas que ultrapassaram os 30%! Eis um indicador que apenas aparentemente é positivo, pois em simultâneo verificou-se uma redução da S.A.U. e, por consequência, da dimensão média das explorações agrícolas... As excepções correspondem às freguesias onde incidiram fortes investimentos empresariais vitícolas.

Em resumo, também no Douro Superior se caminha para uma inviabilização económica das explorações agrícolas, induzindo os agricultores à dupla actividade que, aliás, já exercem, preferencialmente, em Mirandela. Perante este cenário, o abandono pode incrementar-se se não se registar uma reestruturação conjuntural, com especial destaque da estrutura fundiária, mas indexada à melhoria do perfil dos agricultores que sobrevivem, bem como dos seus continuadores e dos assalariados.

É toda uma dinâmica que se tem de implementar, devendo multiplicar-se os projectos de reestruturação que aproveitem efectivamente os subsídios comunitários inscritos no III Quadro Comunitário de Apoio. Assim se potencializaria o desenvolvimento rural de um espaço paradigmático, que sofre no entanto de interferências que urge rectificar. Mas o quadro mostra-se permanentemente adiado, dado que subsiste uma instabilidade institucional incisiva no espaço duriense.

2 – O Cadastro das vinhas durienses: a confirmação de uma conjuntura inquietante

a) 1995- um quadro dicotómico, preocupante, mas ainda apelativo

Dado que, do nosso ponto de vista, uma das principais problemáticas regionais radica na estrutura fundiária, debrucemo-nos agora sobre uma outra fonte estatística, o "Cadastro das Vinhas" instituído e coordenado pela Casa do Douro. Fonte minuciosa, contém de facto variáveis privilegiadas que possibilitam a obtenção de uma imagem mais pormenorizada e realista de alguns dos problemas durienses e, de modo particular, da estrutura fundiária.

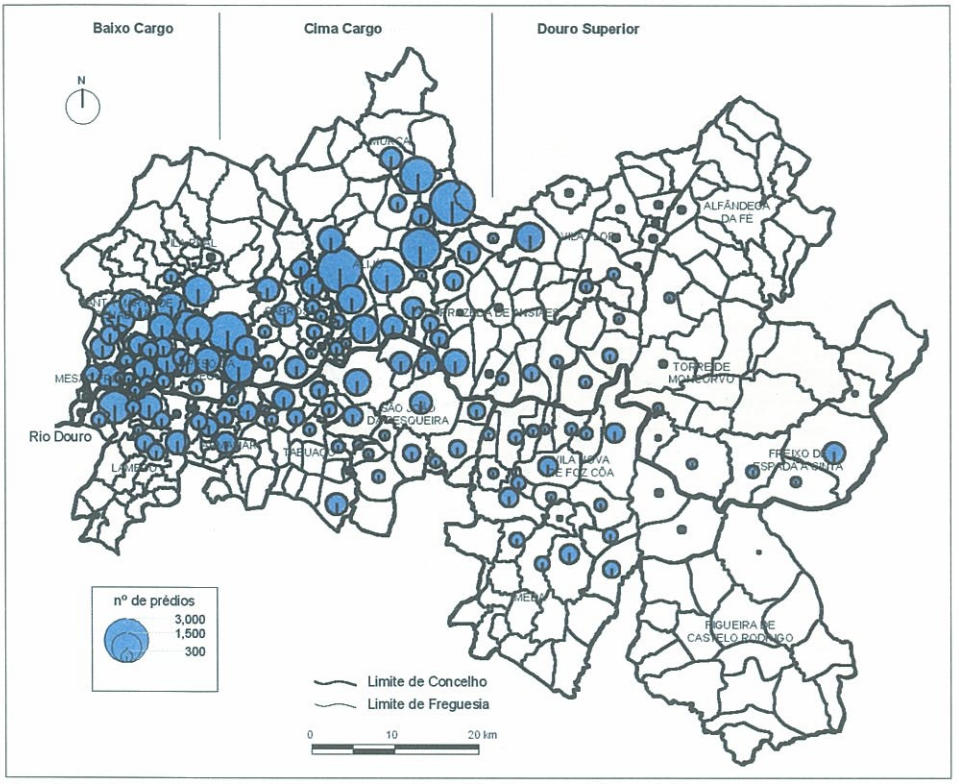
Para tal desiderato seleccionemos para este artigo apenas alguns dos parâmetros que consideramos primordiais, designadamente o número de prédios vitícolas e a respectiva área ocupada pela vinha, tendo em atenção a dimensão média dos prédios e a sua dispersão territorial[9]. Posicionemo-nos porém na segunda metade da década de noventa, seleccionando a informação referente a 1995 e 1998.

Se começarmos esta análise pelo *Baixo Corgo* e pelo **número de prédios vitícolas** (Fig. 5), verificaremos que em 1995 ele era efectivamente muito elevado, reflectindo o contínuo parcelamento geracional da propriedade rústica e os acréscimos consecutivos de vinha verificados de modo particular desde a década de setenta do século passado. Deste modo se reforçava o significado da cultura da vinha no Baixo Corgo, se bem que diferenciado, pois, enquanto nas freguesias envolventes do rio Douro o impacte era inegável, este regredia quando nos afastávamos da referida via fluvial, limitando-se mesmo a algumas quintas nas freguesias mais periferisadas. Com efeito, embora o Vinho do Porto, desde que existissem condições técnicas para tal, seja a opção primordial do agricultor, quando o enquadramento era menos propício, multiplicavam-se já os pomares e a floresta. Esta regressão gradual da vinha, incisiva sobretudo quando ascendíamos em altitude e ultrapassávamos os 500 m, era abrangente de toda a subregião.

Nos espaços preferenciais do Baixo Corgo começava a tornar-se evidente, de igual modo, alguma recomposição predial decorrente de aquisições feitas a herdeiros que se tinham ausentado da freguesia. Pontuavam também alguns acréscimos de

[9] Há que recordar que o "Cadastro das vinhas" da Casa do Douro constitui um dos fundamentos básicos que sustentam a atribuição do "benefício" aos vitivinicultores, ou seja, a possibilidade de produzirem Vinho do Porto. Recordemos ainda que, com esta metodologia, permanecem as condições mínimas para a existência de algum equilíbrio social e a manutenção da paisagem humanizada, classificada como Património da Humanidade.

Fig. 5 | Número total de prédios com vinha integrados na Região Demarcada, por freguesia, em 1995[10]



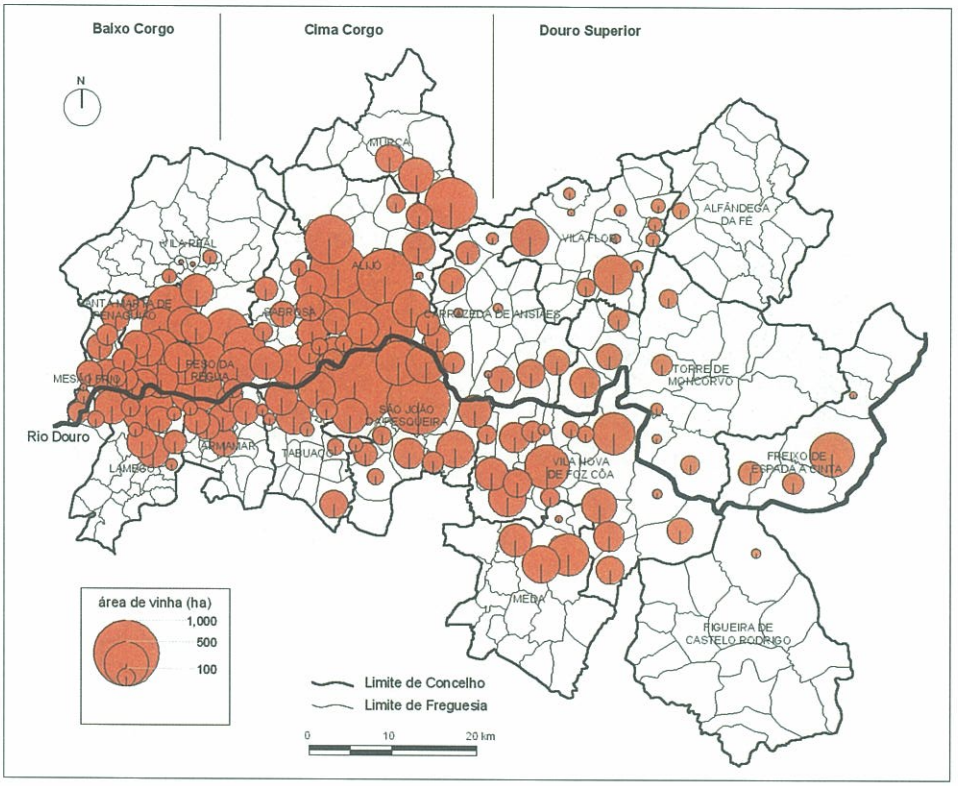
(PINA, 2003:350)

vinha. Neste contexto, nestas freguesias ribeirinhas e com melhor enquadramento físico, já se ultrapassavam os 70% da área ocupada pela vinha, apesar dos acréscimos recentes apenas colmatarem os interstícios não ocupados pelas construções de tipo urbano, ou por outros tipos funcionais, dada a indisponibilidade de solo a preços convidativos(Fig. 6). Entretanto, nas freguesias periféricas, aproveitando a existência de solos a preço acessível, e antevendo uma possível "transferência"[11]

[10] Recorde-se que na cartografia referente a 1995 e 1998 não referenciamos os vinhedos localizados em Mirandela (freguesias de Frechas, Avantos e Romeu) integrados no Cadastro das Vinhas durienses, pois abrangiam apenas 6 prédios dispersos, sem qualquer continuidade territorial, e uma área total de 34 ha. Obviamente que na análise textual e estatística foram contemplados, apesar da insignificância deste valor e do seu enquadramento jurídico, visto que correspondem a uma situação especial.

[11] Quando os vinhedos de menor qualidade, multivarietais e sem "benefício", que proliferam entre as explorações familiares de pequena dimensão e recursos limitados, necessitam de uma reestruturação, os seus proprietários solicitam uma licença para tal. Posteriormente cedem a referida licença,

Fig. 6 | Área total de vinha (em ha) integrada na Região Demarcada, por freguesia, em 1995.



(PINA, 2003:350)

lucrativa, prosseguia o incremento dos vinhedos. Todavia, estes investimentos individuais mostravam-se limitados.

Perante o cenário anterior, enquanto nas freguesias de menor incidência vitícola a dimensão média dos prédios era limitada (Fig. 7), nas freguesias ribeirinhas de maior qualidade dos vinhos, a dimensão média dos prédios não só era mais significativa, como prosseguiam os acréscimos. Tornava-se indiscutível que as situações antagónicas se vincavam.

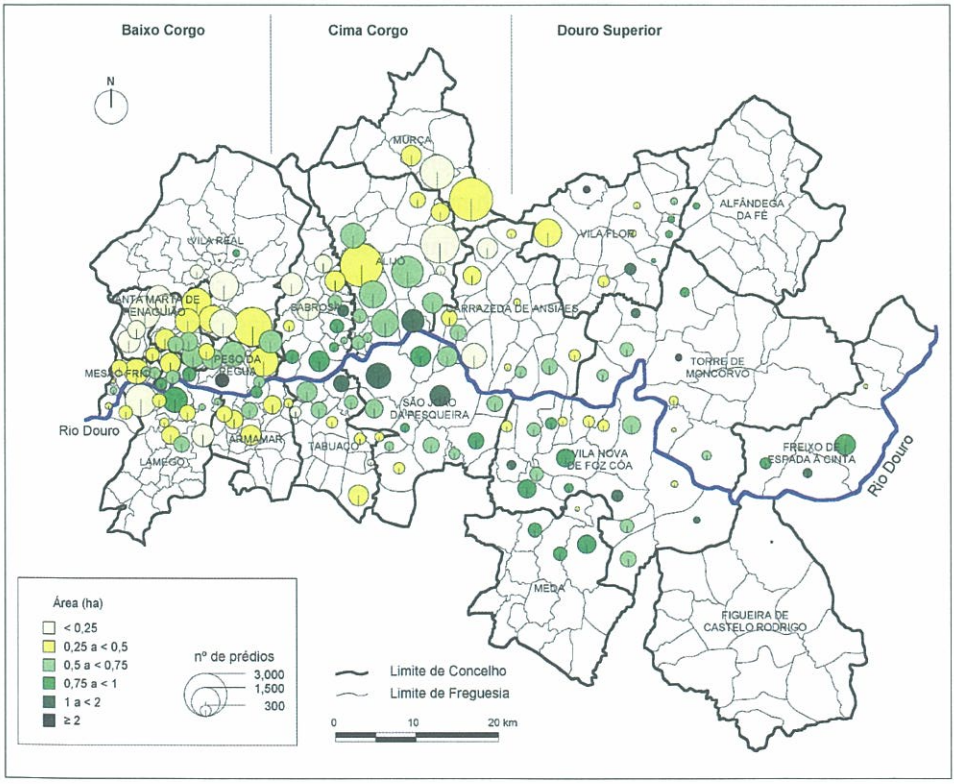
---

a título oneroso, a quem se habilitar, embora na generalidade dos casos sejam as firmas produtoras capitalizadas as suas aquisitoras. Estas, munidas da autorização, instalam novos nas suas quintas, substituindo os espaços ainda ocupados pelo olival, floresta ou mato, pelos vantajosos vinhedos. O proprietário que vendeu a licença é obrigado, por sua vez, a destruir o vinhedo que foi "transferido" para espaços onde se produz vinho de melhor qualidade: favoreceu-se a melhoria qualitativa, mas, em simultâneo, ampliaram-se as assimetrias territoriais e sociais...

Além disso, nas freguesias mais periféricas o número médio de "parcelas"[12] por prédio aumentava, comprovando o progressivo parcelamento, enquanto nas mais próximas do rio Douro a situação se invertia, sobretudo nas proximidades do Cima Corgo ou dos núcleos históricos vitícolas, sede de diversas quintas de renome. Aí ainda surgiam valores médios de 4500 a 6000 m² por parcela, enquanto nas freguesias mais próximas dos maciços montanhosos ou nas secções mais declivosas dos tributários do Douro esses valores recuavam para 700 a 1350 m².

Também através do "cadastro das Vinhas" da Casa do Douro se confirmava a existência de um parcelamento inviabilizante da rentabilidade das explorações agrícolas

Fig. 7 | Área média de vinha por prédio (em hectares), por freguesia, em 1995.



(PINA, 2003:351)

[12] Considera-se "parcela" técnica a subdivisão de um prédio em fracções independentemente de tal facto ocorrer por arrendamento ou herança. Uma outra hipótese decorre da reestruturação parcial dos seus vinhedos, pois a área intervencionada durante os 3 a 4 anos em que está impossibilitada de produzir Vinho do Porto foi considerada também uma parcela. Todavia esta última "parcela" é temporária.
Assim nos aperceberemos do parcelamento real das explorações agrícolas durienses.

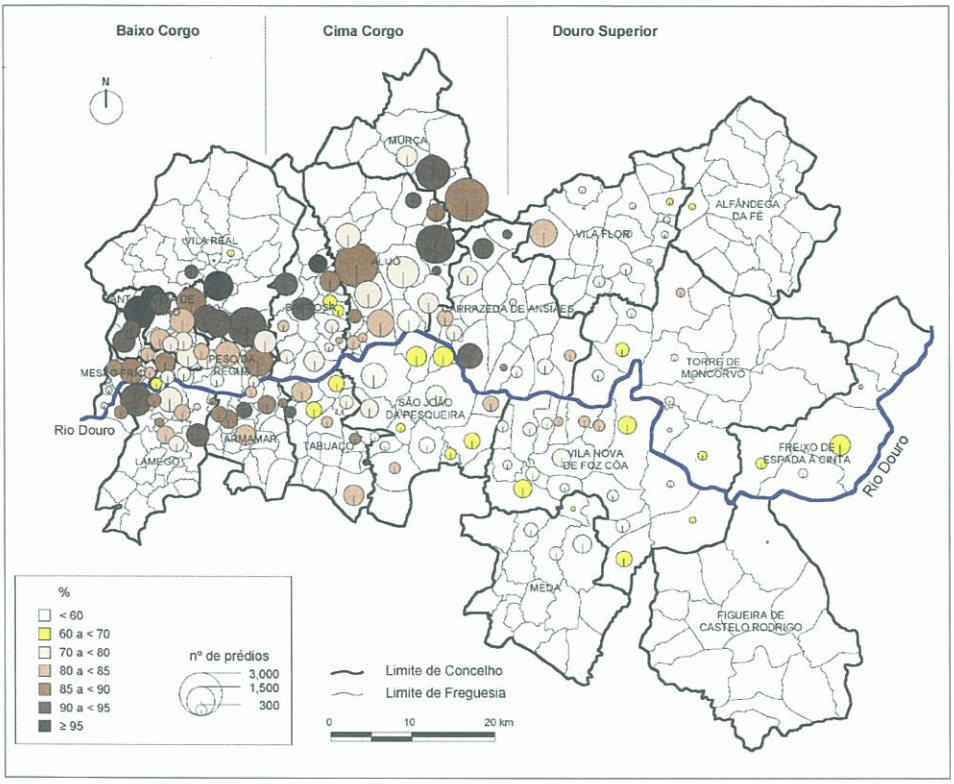
sediadas no Baixo Corgo. Aliás, esta fonte documental permite clarificar a amplitude dos problemas decorrentes da estrutura fundiária, dado o grau de desagregação da informação. Com efeito, é possível visualizar a incidência de prédios/parcelas de áreas insignificantes que apenas subsistem por inércia e tradição... e porque existe alguma rentabilidade decorrente da existência do "benefício"... É o que sucede com os prédios que nem 500 m^2 de vinhedos tinham.

E, de imediato, confirmamos que o cenário é mais preocupante ainda do que os Recenseamentos Agrícolas do INE nos possibilitaram detectar, pois a incidência destes prédios de áreas insignificantes revelava-se notória, particularmente nas freguesias mais periféricas do Baixo Corgo. Em simultâneo aprofundavam-se as diferenças territoriais; de facto, se nas freguesias primordiais, a marginar o rio Douro, cerca de 10 a 20% dos prédios apresentavam área inferior a 500 m^2, já nas proximidades do Marão ou das secções mais declivosas dos tributários do Douro ultrapassavam-se os 50%. Não obstante e, apesar da dimensão mínima dos prédios/parcelas, prosseguia a sua laboração porque, ainda assim, estas proporcionavam algum rendimento num quadro social precário. Era óbvio que tinham algum "benefício".

As nossas preocupações não se desanuviariam se alargássemos esta análise aos prédios com área até 1000 m^2, visto que no Baixo Corgo mais de 50% dos prédios não atingiam esta dimensão, de modo especial nas freguesias com pior enquadramento geoclimático, onde este valor poderia ultrapassar os 70%. Era uma complexa teia que envolvia o Baixo Corgo. Aliás, se estendêssemos esta análise aos prédios com menos de 0,5 ha (Fig.8), verificávamos que mais de 85% deles se incluíam neste grupo, incidindo os valores mais gravosos sempre nas freguesias periféricas ou nas secções mais declivosas dos tributários do Douro.

No que concerne aos prédios que ultrapassavam 0,5 ha, devemos observar o seguinte: apesar de em 1995, nas freguesias mais favorecidas, 10 a 30% do total se inserirem neste grupo, nas restantes a sua implantação era limitada. Regredia ainda e de forma acelerada, nas proximidades dos maciços montanhosos, pois aí nem 8% dos prédios ultrapassavam este valor. Aliás, se restringíssemos esta análise aos prédios/parcelas que excediam os 5 ha de dimensão, verificaríamos que no Baixo Corgo se multiplicavam as freguesias sem nenhum prédio com esta dimensão. Este quadro era particularmente notório no limite W da subregião ou quando ascendíamos em altitude, pelo que os valores mais destacados se circunscreviam às freguesias que marginam o rio Douro ou ao "núcleo histórico" de Santa Marta de Penaguião e, ainda assim, sem ultrapassar os 6%. Os valores dominantes nesta subregião situavam-se entre 1 e 1,5%.

Fig. 8 | Proporção de prédios com menos de 0,5 ha, por freguesia, em 1995.



(PINA, 2003:352)

Em síntese, apoiando-nos na informação constante do "Cadastro das Vinhas" da Casa do Douro, confirmamos que no Baixo Corgo a estrutura fundiária das explorações agrícolas em 1995 era efectivamente muito deficiente. Acrescia também que os antagonismos eram notórios, vincando-se com o decorrer do tempo, pois vislumbrava-se uma melhoria superficial da estrutura fundiária nas freguesias mais valorizadas em termos vitícolas, enquanto nas restantes dominava o agravamento da situação.

Ascendendo ao *Cima Corgo* algumas das problemáticas desanuviavam-se, mas não, por exemplo, a dualidade sócio-estrutural. Com efeito, no Cima Corgo também o maior número de prédios vitícolas se confinava às freguesias de maior dimensão territorial e mais afastadas das vertentes durienses (Fig. 5), enquanto nas proximidades do Rio Douro e principais afluentes, onde se localizam as grandes quintas de tipologia empresarial, o número de prédios era limitado, mas não a área total ocupada pelos vinhedos (Fig. 6). Neste contexto, nestas freguesias deparávamos com as

maiores densidades de vinhedos, fazendo com que mais de 40% da área total fosse já ocupada pela vinha, atingindo mesmo os 60% nas freguesias primordiais.

Naturalmente que a área média de vinha por prédio (Fig. 7) sobrevalorizava o núcleo centrado no Pinhão, prolongando-se pelas freguesias que marginam o rio Douro, sobretudo para o Douro Superior, enquanto era cada vez mais ténue quando ascendíamos em altitude ou nos posicionávamos nas margens declivosas do Tua[13] onde não se verifica uma grande interferência das firmas exportadoras de Vinho do Porto.

Assim se ia aprofundando o grau de implantação da vinha nesta subregião mas de uma forma cada vez mais diferenciada, antevendo-se uma ampliação do espaço vitícola nas freguesias mais favorecidas, é certo que sob uma perspectiva puramente economicista.

Em relação às dicotomias sócio-estruturais, elas eram mais incisivas ainda no Cima Corgo "privilegiado", pois aí apenas se atingiam as maiores dimensões médias dos vinhedos porque se conjugavam as quintas com várias centenas de hectares de extensão com uma autêntica teia de prédios de reduzidas dimensões.

Apesar de menos incisivo, continuava nítido, contudo, o parcelamento no Cima Corgo, visto que também nesta subregião prosseguiam as parcelas que nem os 500 m^2 atingiam. Os casos mais críticos incidiam nas freguesias mais marginalizadas onde já ultrapassavam os 40%, embora até no Pinhão permanecessem cerca de 9% de parcelas com áreas tão insignificantes.

Nesta subregião a margem esquerda do Douro evidenciava uma perspectiva mais favorável, como era inquestionável em S. João da Pesqueira, onde em média, apenas 13,6% das parcelas não atingiam os 500 m^2. Aliás, se alargássemos esta análise aos prédios que tinham até 1000 m^2, era também a margem esquerda a mais favorecida, já que raramente atingiam os 50%. A excepção no Cima Corgo incidia nas vertentes do Tua onde mais de 70% dos prédios não alcançavam sequer os 1000 m^2.

No extremo oposto, ou seja, quando aos prédios que ultrapassavam 0,5 ha de dimensão, estes concentravam-se obviamente no "coração do Vinho do Porto" e freguesias a montante, denotando ainda um acréscimo que indiciava algum redimensionamento das explorações vitícolas. Estes prédios podiam englobar os 40% do total nas freguesias que bordejam o Douro, mas recuavam para 25 a 33% quando nos aproximávamos do Baixo Corgo ou de espaços geomorfológicos mais precários.

Não obstante, para apresentarmos uma imagem mais realista referente às dicotomias sócio-estruturais no Cima Corgo, há que analisar o impacte dos prédios/parcelas

[13] Enquanto no Pinhão em 1995 se atingiam os 4,4 ha por prédio, este valor fixava-se entre 1 e 1,5 ha nas freguesias contíguas e era de 0,4 e 0,7 nas mais periféricas.

que ultrapassavam os 5 ha. Inevitavelmente, a sua representatividade avolumava-se nas freguesias mais privilegiadas, como o Pinhão, onde abarcava 31,9% do total de prédios.

Em resumo, no Cima Corgo, visualizado através do "Cadastro das Vinhas" da Casa do Douro, confirmava-se a existência de uma estrutura fundiária deficitária, embora mais favorável do que a existente no Baixo Corgo, situação que se alongava progressivamente pelas margens do Douro em direcção ao Douro Superior. Este quadro degradava-se quando ascendíamos nas vertentes. Entretanto, a área ocupada pela vinha incrementava-se nas freguesias mais favorecidas, enquanto nas mais periféricas se registavam algumas reduções decorrentes da "transferência" de licenças de replantação.

A perspectiva de uma melhoria técnica dos vinhos do Cima Corgo era efectiva, mas à custa de um aprofundar das assimetrias espaciais e da dualidade sócio-estrutural.

Estes condicionalismos repetiam-se no *Douro Superior*. Com efeito, se retomarmos a análise de indicadores básicos como o número de prédios e a área total ocupada pela vinha, verificamos que a implantação vitícola nesta subregião era inferior às anteriores (Fig. 5), reflectindo um enquadramento histórico que conduziu à partilha do espaço vitícola com a oliveira e a amendoeira, para além da floresta. Todavia, embora fosse reduzido o número de prédios vitícolas, a área abrangida começava a ser significativa (Fig. 6), reflectindo as sucessivas legalizações de vinhedos, a reinserção de vinhas reestruturadas e as "transferências". Ainda assim, a vinha nesta subregião continuava a ser a cultura menos incisiva no espaço regional, visto que apenas nos "núcleos expansivos" se atingiam os 25%, dominando os 10 a 15%.

Por outro lado, nesta subregião agravava-se agora o parcelamento, de modo particular nas freguesias mais periféricas onde dominavam as explorações de estrutura familiar. Na verdade, embora a dimensão dos prédios nesta subregião ultrapassasse com frequência os 4000 m^2 (Fig. 7), atingindo em Torre de Moncorvo 1,44 ha e em Vila Flor 1,28 ha, valor que se repetia nas freguesias com fortes investimentos empresariais, ainda assim o parcelamento era notório e acentuava-se. Não obstante, os valores menos preocupantes relativos ao grau de parcelamento incidiam de facto no Douro Superior, sobretudo nas freguesias envolventes do rio Douro, onde a interferência das firmas vitivinícolas era inquestionável.

Se o grau de parcelamento, pode afirmar-se, não era problemático, já as dicotomias sócio-estruturais eram evidentes, se bem que menos vincadas do que no Cima Corgo. Na realidade, enquanto nos pólos de maior historial vitícola desta subregião, a envolverem o rio Douro, nos confrontávamos com 15 a 30% de prédios/parcelas que nem os 500 m^2 atingiam, nas freguesias onde a vinha era recente e com fortes incidências empresariais esses prédios raramente atingiam os 7%.

Já quanto aos prédios que ultrapassavam 0,5 ha, nesta subregião representavam valores significativos, sobretudo na margem esquerda do Douro, onde 37 e 58% ainda se integravam neste grupo. Apenas nas freguesias ribeirinhas com vertentes de forte declive e orientadas a Norte estes valores recuaram para 20 a 30%.

As assimetrias territoriais permaneciam incisivas. Aliás, se restringíssemos esta análise aos prédios que ultrapassavam os 5 ha, verificaríamos que também nesta subregião raramente se ultrapassava os 2%: o parcelamento suplantava já todas as outras tendências fundamentais no Douro Superior.

Em síntese, a Região Demarcada, em 1995, comportava diversas problemáticas nas quais se inseria a deficiente estrutura fundiária. Evidenciavam-se fortes contrastes territoriais, sendo os espaços mais preocupantes os menos favorecidos em termos vitícolas, imersos numa estrutura de tipo familiar, como sucedia no Baixo Corgo, enquanto os mais dualistas surgiam no Cima Corgo privilegiado. Aí, dominavam as unidades empresariais, envoltas numa estrutura técnico/económica moderna e rentável, excedendo os seus domínios com frequência a centena de hectares de dimensão, compilados ao longo de várias décadas ou mesmo séculos. À sua volta, subsistia uma teia de pequenas parcelas. No Douro Superior as dicotomias voltavam a esbater-se.

Este quadro, para além de ter fortes raízes históricas, reflectia a interferência de factores de ordem física e de parâmetros de âmbito social, como os que decorrem da incidência empresarial e da apetência que a viticultura tinha para fixar a população dentro de parâmetros sócio-económicos aceitáveis. Se se aprofundar um contexto favorável ao afastamento dos estratos sociais mais jovens e com preparação técnica do espaço duriense, ou o incremento da dupla actividade entre os subsistentes, cimentar-se-á o alheamento destas gerações das problemáticas durienses, permanecendo a continuidade deste espaço entregue a uma população envelhecida, com formação empírica, sujeita a uma forte pressão empresarial.

O futuro anteve-se cada vez mais problemático.

b) A estabilização das anteriores tendências em 1998

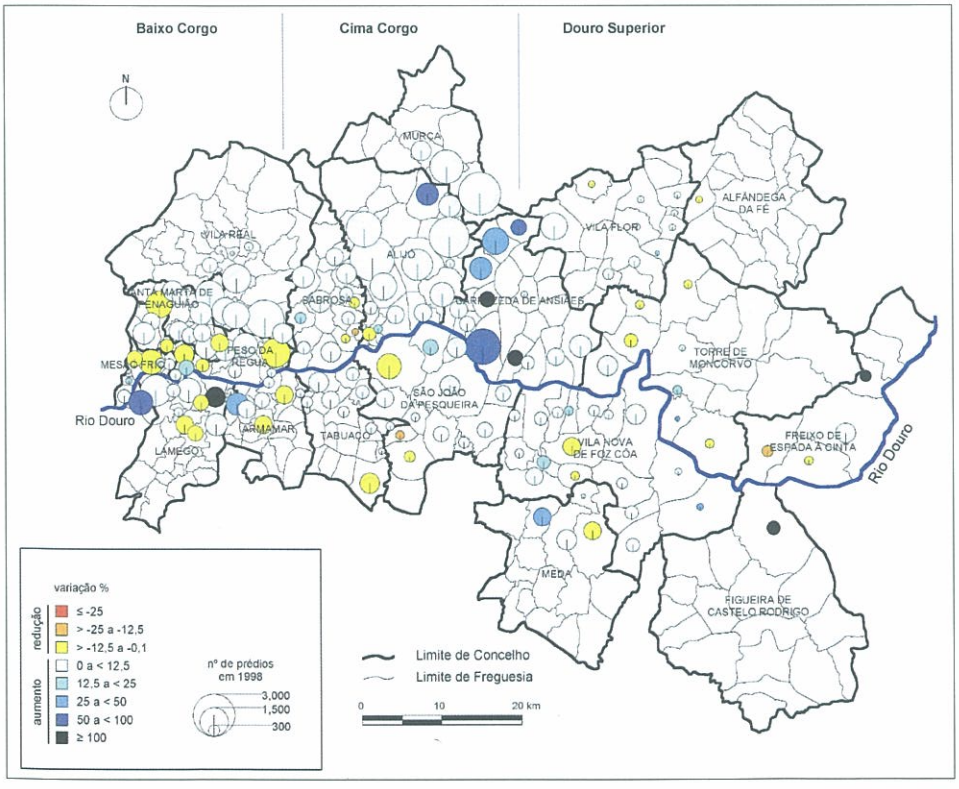
Continuemos, porém, a apoiar-nos no "Cadastro das Vinhas" da Casa do Douro posicionando-nos em 1998, em pleno período expansionista. Apesar disso, a primeira constatação aponta para uma continuidade das problemáticas antes explanadas. Assim, os 40722 ha de vinha registados no Cadastro da Casa do Douro encontravam-se subdivididos por 104656 prédios e continuavam a apresentar assimetrias nítidas na sua implantação territorial e características técnicas. Na realidade, o

Baixo Corgo agregava 38,6% do total de prédios com vinha com características técnicas apropriadas para a produção de Vinho do Porto, abrangendo 38,3% da área vitícola regional, enquanto o Cima Corgo abarcava 47% dos prédios e 45% da área total. Por seu lado, o Douro Superior, apesar de toda a evolução sentida, em 1998 abrangia 14,4% dos prédios vitícolas e 16,7% da área e nem todos os prédios tinham acesso ao "benefício".

As diferenças territoriais na implantação da vinha permaneciam incisivas na Região Demarcada do Douro, evidenciando-se progressivamente o Cima Corgo em qualidade vínica e em área abrangida pelos vinhedos. Todavia, com esta expansão anteviam-se já os excedentes vínicos com consequências gravosas a título económico e social. Tal vai despoletar-se em 2001.

Mas regressemos ao tema fulcral deste artigo: a estrutura fundiária. Em relação a esta temática constatamos que, em 1998, a acompanhar o aumento do número de prédios e da área ocupada pela vinha, se mantinha uma estrutura fundiária muito

Fig. 9 | Evolução do número de prédios ocupados pela vinha entre 1995 e 1998, por freguesia, (%).

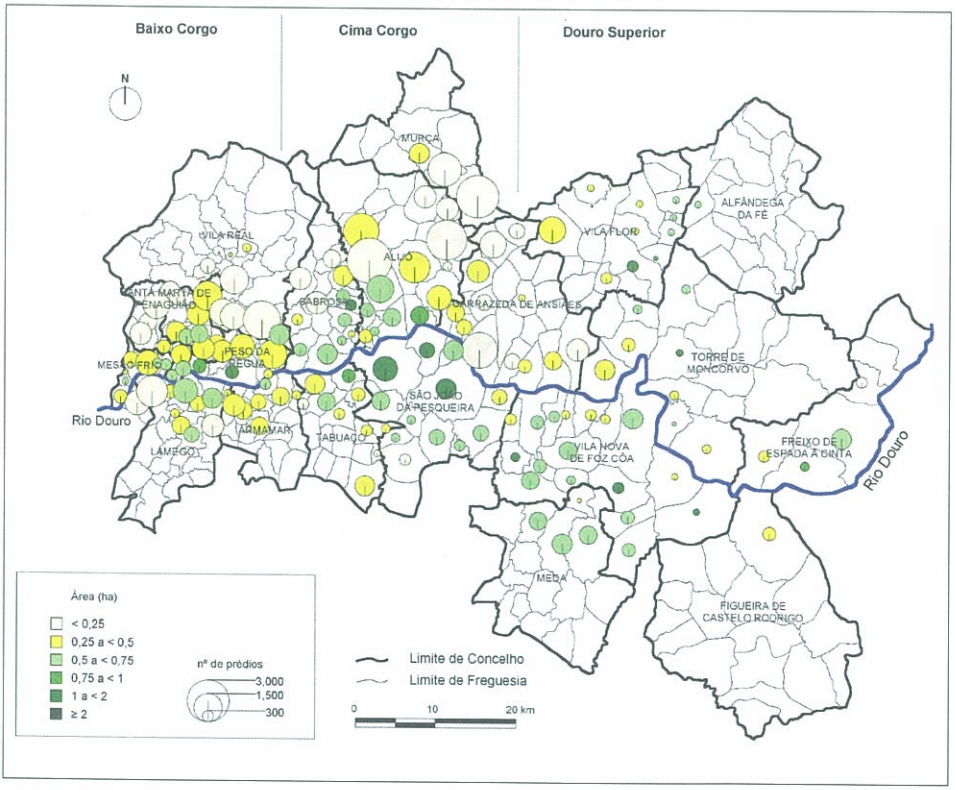


(PINA, 2003:367)

gravosa e cada vez mais dicotómica. Na realidade, para além do domínio vitícola do Baixo e do Cima Corgo, há que sublinhar que nas freguesias que marginam o rio Douro acentuavam-se as reduções do número de prédios, reflectindo as anexações prediais concretizadas pelas grandes firmas e, de modo particular, no "coração vinhateiro" (Fig. 9). Contudo, esta tendência não era muito vincada, já que, através das heranças, prosseguia a subdivisão predial das pequenas e médias propriedades situadas nessas mesmas freguesias.

Aprofundemos, porém, esta temática incidindo no *Baixo Corgo*. Em 1998 nesta subregião continuava o destaque dos vinhedos implantados nas freguesias que marginam o Douro, enquanto nas mais periféricas o parcelamento suplantava todas as outras tendências. Em contrapartida, aumentava a área ocupada pela vinha, embora a registar um abrandamento. Esta expansão era cada vez mais subvencionada pelas unidades empresariais, privilegiando sempre as freguesias que marginam o Douro ou o Corgo, aquelas onde se aplicavam as licenças de replantação. Entretanto, nos

Fig. 10 | Área média de vinha por prédio em 1998.



(PINA, 2003:369)

espaços de forte incidência familiar sobressaía a recessão, acompanhando a migração dos herdeiros e o incremento da alienação das "transferências".

Consequentemente, a proporção de área ocupada pela vinha por freguesia sofreu pequenos acréscimos, visíveis em apenas três anos, como se podia exemplificar com o "núcleo histórico" de Santa Marta de Penaguião, embora nas freguesias que marginam o Douro as ampliações fossem mais nítidas. Aqui a vinha abarcava já 60 a 75% do território. Neste contexto, a área média de vinha por prédio sofria acréscimos mínimos nas freguesias de maior historial vitícola mas mais nítidos nas privilegiadas (Fig. 10). Nas intermédias interferia nesta tendência a existência de espaços "disponíveis".

Em simultâneo aumentava o grau de parcelamento, se bem que sempre diferenciado em termos espaciais. Repare-se que, enquanto nas freguesias de vinhedos pouco valorizados, de matriz essencialmente familiar, os cerca de 80 a 90% de prédios com menos de 0,5 ha registados em 1995 ainda se viram ampliados para 90 a 94%, nas proximidades do rio Douro sobressaíam as reduções, sem ultrapassarem no entanto os 2%. Contudo, se tentarmos apresentar uma imagem mais consentânea com o parcelamento real existente, temos de referir que em 1998 também o número de parcelas com menos de 500 m^2 se ampliou (Fig.11).

Em síntese, a estrutura fundiária permanecia muito precária no Baixo Corgo, aprofundando-se as clivagens pré-existentes.

No *Cima Corgo*, por seu turno, embora prosseguisse o destaque subregional, continuavam de igual modo os problemas de parcelamento, já que o número de prédios também aumentara em cerca de 10% (Fig. 9). As recessões surgiam em algumas freguesias periféricas implantadas em morfologia planáltica, mas particularmente nos espaços onde se recuperavam os mortórios ou onde existia "importação" de licenças de plantação, designadamente no núcleo do Pinhão. Assim se acentuava a monoculturização no Cima Corgo empresarial.

Como é óbvio, era nas margens do Douro que se implantavam os prédios de maiores dimensões e onde os acréscimos vitícolas foram mais nítidos (Fig. 10), dado que o valor locativo da vinha aqui suplantava qualquer outra actividade.

A estrutura fundiária registava uma progressiva melhoria, embora cada vez mais dualista e assimétrica. No núcleo do Pinhão, por exemplo, continuava a recuar o número de prédios com menos de 0,5 ha, fazendo com que as parcelas com mais de 0,5 ha ultrapassassem com frequência os 60%.

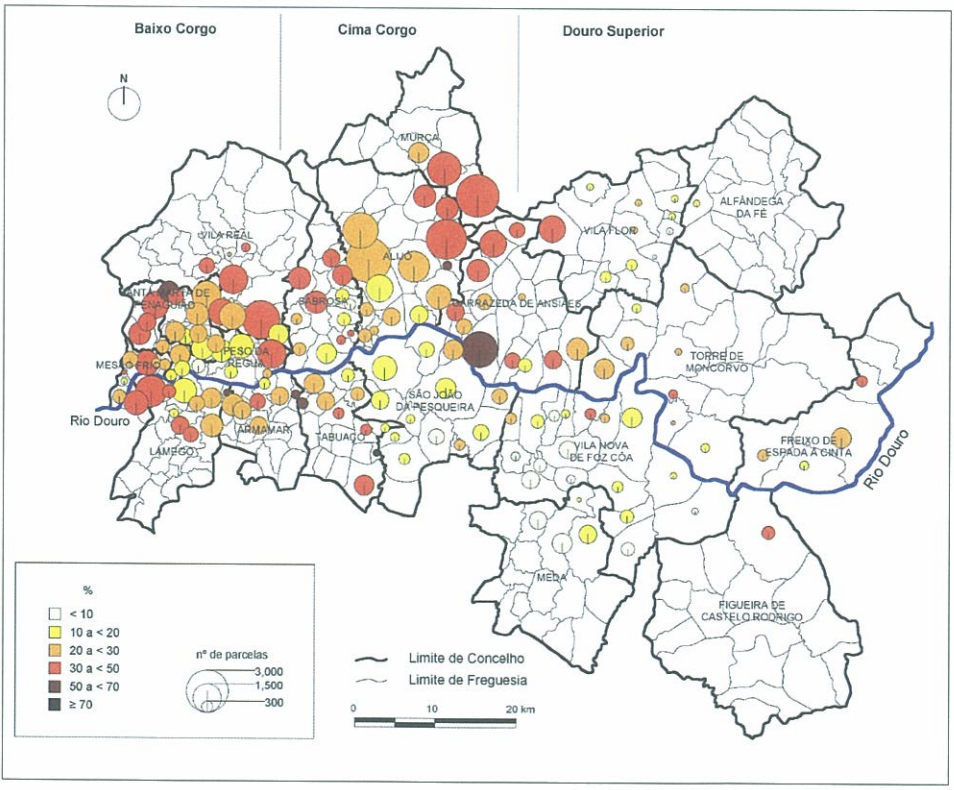
Pelo contrário, para montante, nomeadamente no vale do Tua, o parcelamento ainda se agravava, visto que mais de 35% das parcelas nem os 500 m^2 atingiam. Ainda assim, parcelas com dimensões tão exíguas abrangiam 10 a 30% do total no Cima Corgo.

As assimetrias territoriais, bem como a dualidade sócio-estrutural, acentuavam-se na paisagem do Cima Corgo.

No *Douro Superior* também sobressaía a redução do número de prédios nas freguesias de maior implantação empresarial, mas o aumento nas restantes. A excepção surgia quando as "transferências" já incidiam de forma significativa. Por outro lado, continuavam os acréscimos de área de vinhedos, embora em desaceleração nítida, aproveitando o ambiente expansionista registado pelo sector vitícola e o enquadramento legal subjacente a tal cenário. Não obstante, em 1998, no Douro Superior, a proporção de área ocupada pela vinha era raro ultrapassar os 10% da área total da freguesia.

A área média de vinha por prédio (Fig. 10), por seu lado, também aumentou em apenas 3 anos, embora as variações não fossem muito significativas. Sobressaíam cada vez mais o vale da Vilariça e os espaços com morfologia mais atractiva, enquanto nas freguesias mais marginalizadas se acentuava o grau de parcelamento.

Fig. 11 | Parcelas com menos de 500 m2 de vinha, por freguesia, em 1998 (%).



(PINA, 2003:370)

Envoltas em relevo mais acidentado e sem acessibilidades, assim se facilitava o seu anquilosamento social e económico...

Neste contexto, os prédios de área inferior a 0,5 ha ultrapassavam já os 40 a 70% nas vertentes mais declivosas ou ainda nas envolvências dos núcleos urbanos de maior importância. Aliás, também aqui incidiam, e cada vez com maior importância, as parcelas com menos de 500 m^2 que já podiam exceder os 20% do total (Fig. 11). Em suma, a estrutura fundiária no Douro Superior degradava-se, apesar de continuar a ser a menos problemática no cômputo regional.

Apesar do cenário apresentado, na Região Demarcada do Douro não era muito elevado o número médio de prédios por viticultor, sobretudo porque as novas gerações, alicerçadas numa mudança de mentalidades, passaram a optar por um número mais limitado de prédios e localizados próximo da residência. Neste contexto, em 1998 eram raras as freguesias onde, em média, cada viticultor detinha mais de 3 prédios. Os casos mais problemáticos surgiam nos vales do Tua, Tinhela e Pinhão ou nas vertentes mais declivosas onde dominavam os proprietários autónomos, enquanto se individualizava pela positiva o "coração do Vinho do Porto". Aliás, também a área média de vinha por viticultor ajudava a destrinçar o núcleo anterior, já que no Pinhão se atingiam dimensões médias por proprietário próximas dos 7,4 ha, reflexo da forte inserção empresarial, tendência que minimizava a interferência dos prédios de reduzidas dimensões de estrutura familiar que aí subsistem. Afastando-nos, os valores decresciam de imediato para 2 ha ou menos.

Apesar do quadro fundiário problemático, prosseguia a expansão dos vinhedos, se bem que subvencionada sobretudo pelas unidades empresariais, visto que o sector vitícola registava um cenário favorável à sucessão das "transferências", apesar de não se precaverem os reflexos futuros de tais apostas. Por isso, não estranhamos que, desde 2001, quando se conjugaram produções elevadas no espaço regional com uma recessão nas exportações, sem que tivessem sido instituídas estratégias tendentes a uma estabilidade dos mercados[14], sobreviesse uma degradação do quadro económico e social duriense. Com efeito, desde então não só diminuiu o montante a "beneficiar", como os preços regrediram, enquanto os factores de produção registaram uma inflação acelerada... Em 2004 surgem com bastante acuidade os abandonos e, com eles, a descaracterização da paisagem... Não existe também motivação nem um enquadramento económico conducente a uma reestruturação dos vinhedos

[14] Recorrendo, designadamente, à retirada do mercado dos vinhos excedentários transformando-os em aguardente vínica, um dos elementos fulcrais para a produção de Vinho do Porto. Recorde-se que apesar de esta opção poder ser subvencionada pela Comunidade Europeia, tal não sucedeu...

antigos, que, aliás, numa percentagem significativa dos casos não se vislumbra ser viável dada a existência da deficiente estrutura fundiária...

Estamos perante um quadro muito complexo a que falta uma estratégia multifacetada que privilegie o impacto da deficiente estrutura fundiária, a ausência de formação técnica do agricultor ou ainda o progressivo decréscimo de assalariados, aspecto que não se pode ignorar dada a permanência de uma elevada percentagem de vinhedos tradicionais, muito exigentes em mão de obra. Entretanto, as firmas tradicionais, envoltas pelas grandes quintas mecanizadas e com vinhedos reestruturados, aprofundam o seu ascendente sócio-económico.

Assim se acentuam as dicotomias sócio-estruturais e se aprofunda a dependência das explorações familiares em relação às grandes firmas Produtoras/Exportadoras. Apenas as Adegas Cooperativas surgem como alternativas e cada vez com maior credibilidade; no entanto, também elas necessitam de se reestruturar.

Em síntese, a Região Demarcada do Douro é efectivamente um espaço paradigmático, atractivo, polifacetado, mas também muito problemático. Há, pois, que o revitalizar superando mais esta crise que tem raízes profundas, como o demonstra a existência de uma estrutura fundiária muito deficiente, mas também outros parâmetros mais recentes como a expansão desregrada da vinha.

Conclusão

Para a apreensão geográfica deste espaço vinhateiro, nesta comunicação seleccionámos as variáveis referentes à estrutura fundiária. Constatámos que nas últimas décadas se assistiu a uma preocupante subvalorização do Baixo Corgo, envolto num deficiente parcelamento, enquanto se privilegiava cada vez mais o Cima Corgo, num quadro que se alonga progressivamente para o Douro Superior, onde a vinha ainda apresenta uma incidência superficial, mas está em crescendo.

É indesmentível a complexidade territorial duriense, visível não só nas diferenciações paisagísticas decorrentes dos distintos graus de implantação da vinha e suas características técnicas, mas também da matriz humana e, muito particularmente, da deficiente estrutura fundiária.

Perante este contexto qual o futuro desta Região?

É evidente que, dada a complexidade existente e a multiplicidade de factores intervenientes, basta uma alteração no enquadramento legal vitícola ou uma mudança de estratégia das firmas decorrente de uma alteração na conjuntura económica para que tudo se altere. Todavia, as principais tendências territoriais detecta-

das na Região Demarcada do Douro no início do século XXI são efectivamente bem dissemelhantes, se bem que o Baixo Corgo corresponda sempre à subregião mais preocupante. Com efeito, sendo dominante nesta subregião a vinha velha multivarietal, o viticultor idoso e descapitalizado opta em geral pela "segurança", pela manutenção do "benefício", cujo escoamento se encontra assegurado, excepto quando os parâmetros técnicos lhe negam essa hipótese ou a minimizam de uma forma progressiva. Infelizmente, esta tendência tem-se acentuado acompanhando a crise que se implantou desde 2001, pelo que se antevê nesta subregião um quadro cada vez mais recessivo e desmotivante.

Já no Cima Corgo avolumam-se os vinhedos, mas numa perspectiva muito dualista, pois os espaços mais conceituados encontram-se na posse jurídica das grandes firmas tradicionais. Continuando a recepção de "transferências" em larga escala, num meio capitalizado e com uma estrutura fundiária favorável, a imagem continua expansiva mas dicotómica.

Também no Cima Corgo subsistem problemas decorrentes de uma estrutura fundiária deficente. É o que sucede sobretudo nas freguesias mais periféricas, onde as "licenças" de plantação/replantação de vinha são adquiridas, pelo que se registam alguns abandonos e um consequente recuo da cultura da vinha. Apesar desta mutação cultural, quando o agricultor é alertado para o facto, a vinha é substituída pela floresta, aproveitando os incentivos comunitários a isso destinados e evitando o abandono e a degradação paisagística.

No Douro Superior, onde persistem amplos espaços disponíveis e com capacidades edafoclimáticas receptivas para a vinha, apesar das deficiências hídricas estivais notórias, multiplicavam-se no início do século XXI os vinhedos de tipo empresarial, pelo que a expansão vitícola prossegue tendo por base licenças obtidas nas freguesias mais periféricas, mas também nas exteriores à Região. Assim se compreendem os acréscimos desregrados dos vinhedos, a sucessão de excedentes anuais e a degradação do quadro social duriense...

Apesar de preocupante, até porque se acentua e sem se vislumbrar qualquer reacção das entidades regionais, o cenário ainda se pode agravar se se anular o "benefício", como sugere insistentemente a classe exportadora. Na realidade, como sobreviverão os pequenos e médios proprietários se continuarem envoltos numa desarticulação total, fundamentada num individualismo anacrónico? Neste cenário, até onde as Adegas Cooperativas podem actuar? Se se reestruturarem, aumentando a interligação com os pequenos proprietários, diversificando as suas actividades, apoiando não só a produção e a comercialização dos vinhos, mas participando nos trabalhos agrícolas dos vinhedos dos asssociados, poderão sem dúvida incentivar a

criação de Associações de Viticultores que estariam então em condições de avançar até para uma reestruturação da vinha subsidiada. Recorde-se que, individualmente, o viticultor não consegue concretizá-la, pois é difícil aceder a subsídios dada a exiguidade dos seus vinhedos... Torna-se repetitivo, mas exige-se, e cada vez com maior urgência, a inversão da matriz fundiária actual...

Um outro aspecto a destacar corresponde à passividade quer dos viticultores, quer de outros interventores territoriais e sociais, manietados por problemas financeiros e sobretudo culturais, técnicos e organizativos. Há que criar novos veículos de transmissão de conhecimentos, corrigindo-se erros técnicos repetidos geracionalmente, impossibilitadores de um aumento dos rendimentos dos viticultores. Neste enquadramento, até onde a "Casa do Douro", desafectada entretanto de parte das suas competências, pode ter um papel mais interventivo? Qual o posicionamento do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto na resolução destas problemáticas? É um actor privilegiado pois detém uma parte significativa de anteriores incumbências da Casa do Douro e controla canais de actuação e divulgação preferenciais.

Resumindo, embora na Região Demarcada do Douro um dos problemas mais gravosos incida na deficiente estrutura fundiária, a este temos de acoplar aspectos de base social, como a falta de associativismo e organização dos viticultores, o deficiente perfil da grande maioria destes viticultores, para além da ausência de coordenação técnica, científica, financeira e jurídica. Com efeito, apesar da falta de infraestruturas, designadamente de acessibilidades, um dos entraves fundamentais à revitalização do sector vitícola duriense reside no perpetuar de um quadro estrutural precário, ao qual falta **informação**, **formação**, **motivação** e **coordenação** destinada aos agricultores. Note-se que em 2004, estes continuam a desconhecer os Programas Operacionais através dos quais concretizariam mutações técnicas e humanas e com a hipótese de serem subsidiadas pela Comunidade... Entretanto, cerca de metade dos fundos disponibilizados para o desenvolvimento rural português são devolvidos às instâncias comunitárias... que interpretam tal facto de uma forma extremamente negativa, como é óbvio...

É necessária de facto a implantação de uma reestruturação muito abrangente, na qual as diferenças territoriais e da estrutura sócio-cultural dos viticultores deverão estar sempre subjacentes. De igual modo não se pode ignorar a interferência da forte dualidade sócio-estrutural, pois daí decorrerão distintas estratégias de desenvolvimento.

Para a implementação de tais estratégias desponta aliás uma multiplicidade de oportunidades económicas no Alto Douro, fundamentadas no aproveitamento polifuncional da paisagem em que se engloba, obviamente, o turismo nas suas diversas

vertentes. Contudo, se as potencialidades da Região Duriense não se restringem à vitivinicultura e ao seu enquadramento paisagístico, é a vinha e o vinho que sustentam as actividades que emergem. Há, pois, que quebrar a apatia reinante e, nesse contexto, o poder autárquico e as delegações regionais dos diversos serviços técnicos sectoriais, públicos e privados, têm de incentivar e coordenar as iniciativas que despontem, obedecendo a uma estratégia conjuntural e multifacetada.

As potencialidades existem, mas encontram-se subaproveitadas. Entretanto, está em causa o futuro de uma Região com o estatuto de Património Mundial da Humanidade.

Bibliografia

AGUIAR, Fernando Bianchi de (2000)- Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial, in Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp. 83-90

BENNEMA, Jan Willem (1996)- A paz social na agricultura do Alto Douro, in Douro- Estudos e Documentos, vol I (2), GEHVID, Porto, pp. 287-292

CALDAS, José Vaz e REBELO, João (2000)- Technical efficiency and productivity growth in the farming system of the Douro Region, Portugal: a stochastic frontier approach (SFA), in Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu, vol 1, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp. 91-108

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1998)- Plano estratégico para o desenvolvimento económico e social 2000-2006, CCRN, Porto

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1999)- Trás-os-Montes e Alto Douro. Diagnóstico prospectivo e orientações estratégicas- Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006), CCRN, Porto

COSTA, Ana Pinheiro (2000)- Financiamento da iniciativa microempresarial e território, in Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu, Actas do VII Encontro Nacional da Associção Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, vol II, Edição APDR/IERU, Coimbra, pp. 571-588

CRISTOVÃO, Artur (1999)- Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro, in Douro-Estudos e Documentos, vol IV (8), GEHVID, Porto, pp. 19-31

DIAS, A. A. (1995)- Turismo no Espaço Rural. Um estudo sobre o sector de Alojamento TER na Região do Douro, UTAD, Vila Real

FUNDAÇÃO REI AFONSO HENRIQUE (2000)- Dossier de Candidatura do Douro a Património Mundial, F.R.A.H., Porto

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento Agrícola de 1989, Lisboa

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento Agrícola de 1999, Lisboa

MARTINS, Maria da Conceição Andrade (1990)- Memória do Vinho do Porto, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa

PINA, Maria Helena Mesquita (1995)- Alto Douro: alguns apontamentos sobre a sua estrutura fundiária, in Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia, Reitoria da Universidade do Porto, Porto, pp. 323-329

PINA, Maria Helena Mesquita (1998)- A Região Demarcada do Douro, FLUP, Porto, (58 págs)

PINA, Maria Helena Mesquita (1999)- A diversidade de espaços rurais: os casos exemplificativos de Cambres e Magueija", in Actas do I Congresso Internacional de Geografia Rural, Instituto de Geografia da FLUP, Porto (no prelo)

PINA, Maria Helena Mesquita (1999)- A Região Demarcada do Alto Douro: uma região heterogénea e com uma dicotomia sócio-estrutural muito vincada, in III Congresso de Geografia Portuguesa, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa

PINA, Maria Helena Mesquita (2003), O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Flup, Porto (582 págs. E anexo)

PINA, Maria Helena Mesquita (2004)- A evolução demográfica da Região Demarcada do Douro, in Actas do I Simpósium de Geriatria, Circulo de Cultura e de Desenvolvimento do Douro – CICDAD, Peso da Régua (no prelo)

PINA, Maria Helena Mesquita (2004)- A expansão e a reconversão vitícola na Região Demarcada do Douro-algumas problemáticas, in Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa (no prelo)

REBELO, João Fernandes, SILVA, Alfredo José F. C. (1996)- As cooperativas vitivinícolas no contexto económico da região demarcada do Douro, in Douro- Estudos e Documentos, vol I(2), GEHVID, Porto, pp. 249-263

REBELO, Vasco (1995)- Estrutura Fundiária, mão-de-obra e tecnologia na viticultura duriense. Um estudo das dinâmicas locais recentes, UTAD, Vila Real

SANTOS, F. (2000)- Mecanização das vinhas tradicionais da Região Demarcada do Douro. PAMAF (Relatório Final), UTAD, Vila Real